



Expresso
Economia

30-03-2019

Periodicidade: Semanal

Classe: Informação Geral

Âmbito: Nacional

Tiragem: 82175

Temática: Energia

Dimensão: 1359 cm²

Imagem: S/Cor

Página (s): 1/10

EDP ganha batalha de sete anos contra o Fisco

Sentença de primeira
instância deu razão à elétrica
em diferendo no qual a EDP
assume uma contingência
possível de €282 milhões E10

ENERGIA

EDP ganha ao Fisco batalha de sete anos

Em causa está um processo de **€282 milhões** em sede de IRC

É um dos mais antigos e maiores processos de divergências fiscais da EDP e teve agora, ao fim de quase sete anos, uma sentença de primeira instância favorável à elétrica. A EDP foi notificada em novembro de 2018 de uma decisão favorável num processo aberto em 2012, no qual o grupo contestava o pagamento de mais imposto sobre os lucros dos anos 2005 e 2006. Nas suas contas, a EDP contabiliza em €282 milhões a contingência fiscal ligada a este processo.

Para compreender o caso é preciso recuar a 2009. Em outubro desse ano e, logo depois, em janeiro de 2010, a EDP foi alvo de duas notas de liquidação adicional relativas aos anos 2005 e 2006. Nessas notas, o Fisco veio corrigir a matéria coletável da EDP Internacional no valor de €591 milhões, dando um tratamento fiscal diferente a uma menos-valia que o grupo tinha dado na liquidação de uma subsidiária que detinha as participações nas empresas brasileiras Escelsa e Enersul.

A EDP discordou das correções feitas pela Autoridade Tributária. E em junho de 2012 avançou para tribunal. No seu relatório e contas de 2018, a EDP classifica como "remoto" o risco de perder a ação judicial, sublinhando que, pelos pareceres que obteve, "a menos-valia apurada é fiscalmente dedutível em sede de IRC".

"No passado mês de novembro de 2018, o Grupo EDP foi notificado da sentença favorável, em primeira instância, tendo a Fazenda Pública interposto recurso desta decisão", lê-se no relatório e contas anual da elétrica.

Fonte oficial da EDP indicou ao Expresso que não houve ainda desenvolvimentos do recurso apresentado pelo Fisco. Certo é que o grupo liderado por António Mexia nunca pagou os montantes adicionais reclamados pelo Estado relativos aos lucros de 2005 e 2006. "Por não concordar com a decisão, a EDP decidiu não efetuar qualquer pagamento a este título, apresentando as garantias bancárias legalmente previstas", explicou a elétrica ao Expresso.

A EDP, de resto, não tem quaisquer provisões constitu-

das para acautelar o risco de vir a perder este diferendo.

Provisões duplicam

A EDP fechou 2018 com €430 milhões provisionados nas suas contas para diversos riscos e encargos, mais do que duplicando os €198 milhões de provisões com que tinha encerrado 2017. A principal razão para este aumento foi a cobrança, imposta pela atual Governo, da devolução de €285 milhões relativos a alegadas sobrecompensações no regime CMEC (Custos para

Fisco já recorreu da sentença de primeira instância, mas a EDP continua a considerar "remoto" o risco de perder o diferendo

a Manutenção do Equilíbrio Contratual). A EDP já avançou para tribunal para contestar a decisão do Executivo e do regulador da energia.

Outra provisão de 2018, mas de menor montante, foi a relativa a um processo do Banco de Portugal por prestação indevida de serviços de pagamento por parte da elétrica. Nas suas contas, o grupo revela que a EDP S.A. provisionou €125 mil para esta matéria e a EDP Soluções Comerciais outros €2,25 milhões. Segundo o "Jornal de Negócios", a EDP já decidiu que irá pagar a coima aplicada pelo Banco de Portugal.

Mas o relatório e contas anual revela que há um conjunto de outras divergências que poderão ter desfecho desfavorável para a elétrica mas que não foram objeto de provisões. A lista de "contingências possíveis" não provisionadas somava em dezembro de 2018 o montante de €729,5 milhões (o Brasil responde por 89% deste valor, Portugal pesa 10% e Espanha 1%). Em 2017, estes riscos eram mais elevados (€768,6 milhões).

O leque de processos ainda por resolver inclui em Portugal

um diferendo com a Parque Expo (que está em liquidação) sobre os custos da rede de iluminação pública no Parque das Nações, em Lisboa, bem como uma coima de 2017 da Autoridade da Concorrência (AdC) relativa à aliança com a Sonae para o "Plano EDP Continente".

A AdC exigiu ao Grupo EDP o pagamento de €28,7 milhões pelo acordo que durou dois anos e no qual o Continente se comprometia a não lançar uma oferta tarifária própria na eletricidade. Logo em 2017, a EDP contestou judicialmente a coima, e o processo aguarda sentença. Em outubro de 2018, um acórdão do Tribunal Constitucional confirmou a não obrigação da EDP de pagar a coima ou prestar caução antes de o caso ser decidido pelos tribunais. "O Grupo EDP está convicto de que a campanha trouxe benefícios reais para o consumidor e para a dinamização da concorrência nos mercados em causa e de que não foi cometida qualquer infração", lê-se no relatório anual da elétrica.

MIGUEL PRADO
mprado@expresso.impresa.pt



António Mexia lidera a EDP desde 2006 FOTO ANTÓNIO PEDRO FERREIRA

EDP Comercial no vermelho

Não foi só o corte nas rendas da energia que atirou a EDP para os lucros mais baixos da era Mexia. Várias subsidiárias que vinham tendo resultados positivos ficaram no vermelho em 2018. Foi o caso da EDP Comercial, que vende energia ao cliente final. Em 2018, esta subsidiária perdeu €14 milhões, depois de três anos consecutivos de lucros (o último ano de prejuízo tinha sido 2014, com perdas de €9 milhões). A EDP explicou ao Expresso que "a redução da tarifa regulada para 2018 retirou margem ao mercado livre", tendo a EDP Comercial decidido "absorver" parte do aumento de custo de compra da energia no mercado grossista em vez de onerar os clientes. Para 2019, a empresa espera "uma posição equilibrada". Também a holandesa EDP Finance (que gere o financiamento do grupo) perdeu €14 milhões em 2018, contra os €19 milhões ganhos em 2017. A EDP Produção perdeu €35 milhões, a somar ao prejuízo de €103 milhões em 2017, depois de sucessivos anos de ganhos (ainda em 2016 tinha lucrado €284 milhões). M.P.